



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17745 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

A UNIVERSIDADE FERAL RURAL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO DE CASO

Maria Camila dos Santos Rocha - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Cibele Maria Lima Rodrigues - Fundação Joaquim Nabuco

Gleyce Kelly dos Santos Leão - Fundação Joaquim Nabuco

A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO: UM ESTUDO DE CASO

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, em curso desde 2023, que trata das questões relacionadas ao acesso e permanência de estudantes na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O texto a seguir consiste em um estudo de caso sobre a referida universidade, apresentando uma análise preliminar das políticas de assistência estudantil na instituição, oferecidas pela Pró-reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI).

Considerando as proposições supracitadas, a problemática proposta consiste em apresentar as proposições advindas do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), relacionando-os com uma análise das políticas de assistência estudantil desenvolvidas pela UFRPE, de modo a compreender como essa política tem sido interpretada pela universidade.

Para tanto, foi realizado um estudo documental através da análise de

relatórios disponibilizados pela instituição, bem como artigos e pesquisas referente à temática proposta.

Do ponto de vista teórico, vamos utilizar o referencial teórico de Stephen Ball ao definir a política como texto e discurso. Em um texto clássico, Ball (1993) articula a ideia de que a política se materializa em textos que expressam discursos. Nesse sentido, a análise documental deve buscar compreender os discursos. Em suas formulações sobre o ciclo de políticos, vai tratar a partir do que denomina de contextos: de influência, da produção de texto, da prática, dos resultados e estratégia política. No presente artigo, pretendemos apontar elementos do contexto que criou o Programa Nacional e alguns resultados do seu funcionamento na UFRPE.

2 A CRIAÇÃO DO PNAES E OS GOVERNOS LULA E DILMA

Nesse sentido, o PNAES é criado no contexto do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) que foi um marco na história política brasileira. A partir de um discurso republicano ou centrado no desenvolvimento social, o governo Lula buscou negociações com as elites para intensificação das políticas sociais para redução das desigualdades sociais. O governo atendeu a reivindicações dos movimentos sociais, ao mesmo tempo, que cedeu a pressão dos setores empresariais. como afirma Stephen Ball (2006, p. 18-19) que as políticas são espaços de disputas sendo influenciada de forma diferenciada por organismos internacionais, empresas, lideranças políticas e o que ele chama de “comunidades epistêmicas”.

Isso se deu porque o governo adotava uma lógica neodesenvolvimentista, que se aproxima de uma visão social-democrática ao ampliar o papel do Estado como agente promotor de políticas sociais focadas na redução das desigualdades. Nesse contexto, os "direitos" conquistados nas revoluções burguesas passaram a se manifestar como práticas governamentais. Embora essa abordagem se distancie dos discursos comunistas ou socialistas e tenha sido alvo de críticas marxistas, a diferença entre os governos do PT (Lula e Dilma) e os de Fernando Henrique e Bolsonaro é evidente, especialmente na alocação de recursos para a educação, que foi escassa nos dois últimos. Essa política visava garantir a governabilidade sem abrir mão das mudanças exigidas pelos movimentos sociais.

Apesar da orientação progressista, há um jogo de contradições, na qual, as classes dominantes continuam se beneficiando e o proletariado passa a ganhar (SANTIAGO, 2014). No início da sua primeira gestão, a União Nacional dos Estudantes (UNE) denunciava a privatização endógena das universidades públicas (LEITE, 2015).

Em âmbito internacional, um marco é a Conferência Mundial da Educação Superior da UNESCO (CMES-Paris-2009). Em seus documentos assenta-se o conceito da educação como bem público e neste sentido, põe em cena o debate do direito à educação (RISTOFF, 2016). Além disso, coloca como diretriz a igualdade de acesso ao ensino superior. Assim, em 2007, além das diversas políticas para a educação básica foi criado o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) pelo decreto 6.096/2007. Em seguida, em 2008, o PNAES pelo decreto Nº 7.234/2010. O texto aponta para ações para permanência de estudantes de baixa renda, tais como: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e participação e permanência de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Das dez áreas que o PNAES contempla, a UFRPE oferta atualmente nove, exceto a inclusão digital (temporariamente suspenso).

Embora a Assistência Estudantil já existisse, a criação do PNAES expressa o discurso da gestão de Lula de redução das desigualdades socioeconômicas. Além disso, também se insere na discussão do desenvolvimento social, como está expresso em seus documentos, por expressar que a inclusão de estudantes de baixa renda no ensino superior é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (BRASIL, 2010). A ampliação dos recursos para Assistência causou mudanças no ensino superior, como afirma Garrido (2012).

O governo Lula se destaca por ter sido o que mais criou universidades federais na história do Brasil, mesmo que ainda exista muito para se fazer devido a uma dívida histórica (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011, p.109) e toda uma gama de ausências que acontecem na educação básica, como identifica Nadir Zago (2006).

Essa mudança se amplia, quando no governo Dilma, é criada a histórica lei das cotas (12.711/2012) - fruto da reivindicação dos movimentos sociais. A referida

lei prevê a reserva de 50% de vagas para: estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em rede pública, estudantes que encontram-se em situação economicamente vulnerável, estando dentro de uma renda familiar igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita; estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas (BRASIL, 2023). No ano de 2016, também somou-se às políticas de ações afirmativas a Lei 13.409, que se refere às cotas voltadas para pessoas com deficiência (PCD), que garantiu o acesso também deste público através da reserva de vagas.

3 UFRPE: HISTÓRIA E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Nesse diapasão, nosso estudo pretende analisar essas políticas na UFRPE. Uma Instituição que tem como marco de origem a data de 3 de novembro de 1912, quando ainda era Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, da congregação de São Bento. Somente em 1955 ela se torna uma instituição federalizada.

Atualmente oferece 59 cursos de graduação, distribuídos nos campus: Recife, Cabo, Belo Jardim, Serra Talhada, além de opções de Educação à Distância (UAEADTec). Conta-se com um corpo docente de mais de 1200 professores, mais de mil técnicos e aproximadamente 17 mil estudantes.

A assistência estudantil da referida universidade é coordenada pela PROGESTI, cuja missão está definida como: “Incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada o estudante, em suas múltiplas demandas, no decorrer de sua trajetória Estudantil” (PROGESTI, 2024). Composta por cinco coordenadorias, que são responsáveis pela realização das ações previstas pelo PNAES:

1. Apoio Psicossocial e Pedagógico (COAP);
2. Ações Afirmativas de Permanência (CAAP);
3. Gestão de Alimentação e Restaurante Universitário (CGARU);
4. Gestão de Residência Universitária (CGR);
5. Promoção da Saúde, Esporte, Lazer e Cultura (COPSELC).

Assim, a PROGESTI oferece programas e auxílios nas áreas um e dois (I- MORADIA; II- ALIMENTAÇÃO), como a residência universitária e o auxílio manutenção, tendo também o auxílio de volta ao lar quando o estudante deseja

retornar para casa ao fim do período, além do auxílio moradia nas unidades que não possuem residência. Fornecem o auxílio alimentação para os residentes, no qual estes se alimentam gratuitamente na instituição, além de proporcionar refeições de baixo custo visando a permanência não apenas dos estudantes cadastrados nos programas, mas para toda comunidade.

Quanto ao eixo três (III- TRANSPORTE), a UFRPE promove o auxílio transporte para estudantes que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Com relação ao eixo quatro (IV- ATENÇÃO À SAÚDE), proporcionam marcação para os estudantes de algumas consultas e exames. O eixo cinco (V- INCLUSÃO DIGITAL), está temporariamente suspenso, no entanto, foi usado arduamente durante o período da Pandemia da Covid-19. Para o eixo seis e sete (VI - CULTURA; VII - ESPORTE), são oferecidas ações culturais e de esporte, através da COPSELC.

A UFRPE - Campus sede também conta com a creche (EIXO IX) - Creche Escola Recife Professor Ariano Vilar Suassuna, inaugurada em 2019, situada em Recife, no bairro de Dois Irmãos, que destina 50% das vagas para a comunidade universitária da UFRPE e outros 50% para as comunidades do Sítio dos Pintos, Sítio São Braz, Córrego da Fortuna, entre outras vinculadas ao bairro de Dois Irmãos (UFRPE, 2019).

Referente ao eixo nove (IX - APOIO PEDAGÓGICO), a PROGESTI também conta com o suporte pedagógico, porém, acontece apenas no CAMPUS SEDE. A responsável por esse apoio é a coordenadoria de apoio psicossocial e pedagógico. Por último, acerca do último eixo (X- ACESSO, PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA; TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO), a UFRPE conta com o apoio do Núcleo de Acessibilidade (NACES), criado em 2013, que é responsável por oferecer toda a assistência a estudantes com deficiência e outras especificidades.

O *site* da PROGESTI disponibiliza mensalmente o relatório dos estudantes beneficiários, constando a modalidade do auxílio ofertado, o quantitativo de estudantes que recebem os auxílios total, bem como nome completo do estudante e curso que faz parte, além do valor unitário do auxílio e o valor total.

A PROGESTI oferece os seguintes programas, assinalados na tabela abaixo.

Quadro: Programas da PROGESTI/UFRPE

Nome do programa	Objetivo	PRÉ-REQUISITOS	Número assistido
Programa de Apoio ao Discente (PAD)	1 - Bolsa de Apoio Acadêmico; 2 - Auxílio Transporte; 3 - Auxílio Alimentação.	Estar matriculado na graduação presencial da UFRPE; Possuir renda familiar per capita seja de até 1,5 salário mínimo; Não estar matriculado em outra Instituição de ensino superior; Não ter sido diplomado em qualquer outro curso de graduação.	SEDE - Aux. Tr 01 / Bolsa de Aq 146. UAST - Aux. T 125; Bolsa de Aq 98. UABJ - Bol Acadêmico Auxílio Alim UACSA - A 62 / Aux. Tr Bolsa de Aq 65.
Programa de Apoio ao Ingressante (PAI)	12 meses, Bolsa Tipo A, para estudantes cujas famílias residem em local diferente de onde ocorre o curso, e Bolsa Tipo B, para estudantes domiciliados na mesma cidade do curso.	Discente com renda per capita nas classes C, D e E.	SEDE - BO / B- 60 UAST - BC B- 11. UABJ - BC B- 06. UACSA - B 36 / B- 14.

Programa de Apoio à Gestante (PAG)	Estudantes que são pais/mães durante o período de graduação e tem uma duração máxima de 3 anos e 11 meses.	Ter concebido um filho durante a graduação; Apresentar vulnerabilidade socioeconômica; A criança deve ter entre 0 a 3 anos e 11 meses.	SEDE - Au) Auxílio crec UAST - Au) Auxílio crec UABJ - Au) UACSA - 0
Programa de Promoção ao Esporte (PPE)	Preparar estudantes para jogos estudantis e competições estaduais, regionais e nacionais. Pode conceder o Auxílio Atleta, equivalente ao valor da Bolsa de Apoio Acadêmico, a estudantes dos Cursos de Graduação Presenciais.	Possuir vulnerabilidade socioeconômica; aptidão para esporte.	SEDE - 14. UAST - 19. UABJ - 06. UACSA - 0
Programa de Incentivo à Cultura (PIC) - SUSPENSO			
Programa de Residência Universitária para Graduação (PRUG)	O Programa de Residência Universitária para Graduação tem uma duração que coincide com o tempo médio do curso, acrescido de 1 semestre.	Residir fora do município onde o curso é oferecido, não estar matriculado em outra instituição de ensino superior pública; não possuir diploma de qualquer curso de graduação.	SEDE - Au) Aux. Manut UAST - Au) Aux. Manut UABJ - Au) estudantes moradia, pr residência (UACSA - 6 Moradia).
Programa de Volta ao Lar	Destinado a estudantes que residem fora possam requerer o fornecimento de passagens de ida e volta para suas casas durante os recessos acadêmicos, duas vezes ao ano no máximo.	Estar em qualquer período, exceto o último; Condicionado à disponibilidade orçamentária da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão.	SEDE - 117 UAST - 60

Programa Bolsa Permanência MEC	Indígenas e Quilombolas matriculados na UFRPE que comprovem sua identidade	Ser quilombola ou indígena.	Números r disponíveis
---------------------------------------	--	-----------------------------	------------------------------

Fonte: PROGESTI/UFRPE (elaboração própria). Setembro, 2023.

Conforme dados disponibilizados pela PROGESTI, no referido mês, aproximadamente 1.766 estudantes (SEDE - 764; UAST - 589; UABJ - 129; UACSA - 284) foram beneficiados através da Assistência Estudantil e de programas previstos no PNAES na UFRPE, totalizando cerca de 10% do público discente da instituição.

Em 2024, a UFRPE tem como uma das metas diminuir a evasão de estudantes. Estebeleceu como meta incrementar em 5% ao ano o número de beneficiários do Auxílio Moradia para os campus UABJ e UACSA, considerando que esses campi não dispõem de residências próprias. A UFRPE ampliou, de forma inédita, a assistência para estudantes matriculados na pós-graduação. Essa é uma meta importante de ser destacada, tendo em vista que essa categoria não está contemplada no PNAES. A PROGESTI tem publicado os resultados por meio de relatórios disponibilizados no *site*.

Vale destacar que algumas outras metas, que já haviam sido cumpridas em +50% em 2022, foram cumpridas 100% no ano de 2023, como a entrega do Restaurante Universitário da Unidade do Cabo de Santo Agostinho (corresponde a meta de número 19), demanda muito solicitada pelos estudantes.

Atrelado a esse relatório, tem-se a III Pesquisa de satisfação dos usuários que se beneficiam dos programas de Assistência Estudantil fornecidos pela PROGESTI com as metas. Segundo a pesquisa, a maioria dos usuários indicam serem bons ou muito bons os programas de AE. Nela, também 72,6% dos respondentes se autodeclararam como pretos e pardos. Esse percentual está em consonância com as consequência da colonialidade e do racismo que faz com que a maioria dos estudantes vulneráveis sejam pretos e pardos, (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2008). Vale destacar que esses números podem ser ainda maiores,

considerando as dificuldades no processo de identificação (também fruto da da colonização e da colonialidade). Essa tendência segue o aumento gradual na participação de estudantes pardos e pretos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Sendo assim, na pesquisa mais recente desenvolvida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), apresentou-se a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. No que se refere aos dados de autodeclaração de cor ou raça, a pesquisa revelou que a proporção de estudantes que não residem no município onde frequentam as aulas varia da seguinte forma: 23,4% entre aqueles que se autodeclaram amarelos, 20,5% entre os brancos, 24,4% entre os pardos, 27,5% entre os pretos quilombolas, 25,1% entre os pretos não quilombolas, 32,9% entre os indígenas aldeados e 24,8% entre os indígenas não aldeados. Em outras palavras, apenas entre os brancos a frequência está abaixo da média nacional, destacando-se a diferença em relação aos pretos quilombolas e aos indígenas aldeados, que apresentam uma presença mais frequente nessa condição. Não há disparidade de gênero, pois tanto entre estudantes do sexo masculino quanto do feminino, a porcentagem é a mesma, totalizando 22,8%. Portanto, conclui-se que o fator racial tem uma influência mais significativa do que o sexo na explicação dessa variável.

A pesquisa revelou que estudantes brancos, de maior renda, que cursaram escola particular e entraram por ampla concorrência, têm maior probabilidade de residir no município onde estudam. Em contraste, estudantes pretos, pardos e indígenas, de baixa renda e ingressantes pelo sistema de cotas, são mais propensos à migração pendular, especialmente em campi localizados no interior de regiões com baixo IDHM.

Souza e Costa (2020) avaliaram o Programa de Residência Universitária para Graduação da UFRPE, investigando a efetividade dos programas de assistência estudantil. Para isso, realizaram uma análise documental dos relatórios de gestão da universidade referentes ao biênio 2015-2016, focando no documento de 2016 e no relatório do conselho universitário do mesmo ano. Além disso, conduziram entrevistas semi-estruturadas com funcionários da Coordenadoria de Gestão de Residência Universitária (CGRU) e da PROGESTI para obter informações mais detalhadas.

Todavia, uma limitação é o fato da pesquisa ter sido realizada exclusivamente por questionários, além do mais, apenas 53,2% dos estudantes - que correspondeu a apenas 1.305 de 2.451 - participaram da pesquisa. No que tange os questionários, a pesquisa revelou que 84,6% dos estudantes acreditam que o Programa de Residência Universitária cumpre seu objetivo de garantir a permanência até a conclusão do curso, enquanto 5,8% discordam, apontando problemas como estudantes que não frequentam as aulas ou que possuem condições financeiras para morar em outros locais. Além disso, 84% dos alunos pesquisados estavam em situação acadêmica regular, 14% retidos e 2% atrasados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo destacou a relevância do PNAES como uma política essencial na UFRPE para mitigar as disparidades socioeconômicas e garantir a permanência dos estudantes no ensino superior. Essa política tem se consolidado como um pilar fundamental para o desenvolvimento nacional, visto que a educação é um fator determinante para o progresso econômico e social. A inclusão de alunos de baixa renda no ensino superior é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (BRASIL, 2010).

A análise documental realizada neste estudo revelou que a UFRPE tem atendido a maioria dos requisitos estabelecidos pelo PNAES, realizando inclusive pesquisas de satisfação com os estudantes beneficiados. De forma inovadora, a universidade expandiu sua assistência para incluir estudantes de pós-graduação, ainda que este público não esteja contemplado diretamente pelo PNAES.

5 REFERÊNCIAS

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFEs**. 2019.

BALL, S.J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. Discourse, London, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993a.

BALL, Stephen. Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-Social:

uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez., 2006.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 42, p. 94-112, 2011.

GARRIDO, Edleusa Nery. **Moradia estudantil e formação do (a) estudante universitário (a)**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

LEITE, Josimeire de Omena. **As múltiplas determinações do programa nacional de assistência estudantil–Pnaes nos governos Luiz Inácio Lula da Silva**. 2015.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá-Colômbia, n.9, julio-diciembre 2008, p. 73-101.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RISTOFF, Dilvo. Democratização do Campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **CADERNOS DO CGEA**, n 9, jan-jul, 2016

SANTIAGO, Salomão Nunes. **A política de assistência estudantil no governo Lula: 2003 a 2010**. 2014. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará.

SOUZA, Rafael Cipriano de; COSTA, Maria Aparecida Tenório Salvador da. Monitoramento e avaliação da assistência ao estudante universitário: o caso do Programa de Residência Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, p. 362-385, 2020.

UFRPE. PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL E INCLUSÃO (PROGESTI). Recife. Disponível em: <http://www.progesti.ufrpe.br/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

_____. **Pesquisa de satisfação dos usuários dos programas de assistência estudantil da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão - UFRPE**. Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão. 2. ed. Recife: EDUFRPE, 2021. Acesso: 30 mar. 2023

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 32 maio/ago. 2006